

030ª SESSÃO ORDINÁRIA 15ABR2019

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em função da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Engº Comassetto no período de 15 a 17 de abril de 2019, o suplente Billy Haag, na impossibilidade de os suplentes Leonel Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Sito, José Dorley dos Santos, Margarete Moraes, Baba Diba de Iyemonja, Thiago Braga, Pedro Leonardo da Luz Loss, Professor Bernardo, Reginete Bispo, Thaís Maria Ferreira Sampaio, Samir Squeff, Lídio Santos e Manoel Rocha da Rosa assumirem a vereança, assumirá no lugar do Ver. Engº Comassetto. Solicito ao suplente Billy Haag que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Billy Haag prestará a seguir.

VEREADOR BILLY HAAG (PT): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro empossado o Ver. Billy Haag. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Billy Haag; V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Seja bem-vindo, colega!

Informo que teremos a leitura da presente sessão em libras, por solicitação de um colega nosso, vereador de Caxias, Elisandro Fiuza, líder do governo, interessado nesta sessão, para que o Ver. Tibiriçá Maineri possa plenamente entender o pronunciamento que ora será iniciado.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul, que tratará da 11ª Conferência de Cultura de Porto Alegre. O Sr. Luciano Fernandes, secretário-geral, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. LUCIANO FERNANDES: Boa tarde a todos e todas. É uma honra poder estar aqui na Câmara de Vereadores novamente. Recentemente, vim falar sobre o circo, mas hoje a pauta é a Conferência de Cultura do Município de Porto Alegre. Atualmente estou presidente do Conselho Municipal de Cultura de Porto Alegre, e uma das metas do conselho, este ano, é realizar a conferência. Vim aqui na Câmara de Vereadores para pedir o apoio para a realização dessa conferência, além, claro, de ouvir vocês, porque, no final da minha fala, muitos podem se manifestar, e eu acho importante ouvir o que vocês pensam sobre a cultura da nossa Cidade, porque, na conferência, a gente acaba levantando metas e pontos importantes, enquanto se ouve a sociedade civil, quando estamos junto com o governo e estamos com toda representação do Orçamento Participativo das 17 regiões. Eu, como presidente, tenho essa meta de ouvir a comunidade, e sei o quanto eles têm reclamado da situação. Vim aqui para pedir ajuda para que a gente possa junto construir isso.

Eu peço que vocês se coloquem no meu lugar: imaginem o quanto de demanda cultural temos nesta Cidade que existe há tantos anos, e a gente não consegue, às vezes, realizar o carnaval. A comunidade está com medo do que pode acontecer com essa coisa de, de repente, não podermos ocupar os parques, se isso vai acarretar mais taxas – os blocos de carnaval estão preocupados, os artistas de rua estão preocupados. Então, nessa conferência, a gente também quer debater um pouco sobre isso. A nossa previsão é de que a pré-conferência aconteça na primeira quinzena de junho aqui no Ana Terra – vamos fazer o pedido para a Câmara de Vereadores – e de que a conferência seja realizada em novembro.

A gente tem tramitando aqui na Câmara de Vereadores, na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, uma questão muito importante que é a mudança da lei do Conselho Municipal de Cultura. A gente, atualmente, não consegue atingir o quórum mínimo para realizar as nossas reuniões, porque temos toda a participação do conselho, toda a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

participação do Orçamento Participativo, e eles acabam, às vezes, não conseguindo participar das reuniões, porque nós não temos jetom, não temos verba. Então nós queremos diminuir o quórum para poder realizar com mais qualidade as reuniões do Conselho Municipal de Cultura. Eu peço que as comissões, já foi encaminhado às comissões, analisem isso. Nós tentamos fazer o mínimo de mudança só para funcionar, só para ficar melhor. Paralelo a isso, está tramitando aqui na Câmara a lei do circo, que já está desde o ano para análise, e eu peço que, quando vier à pauta, se dê uma força sobre a questão da lei do artista.

A participação da sociedade civil dentro do conselho é muito importante, e ela tem demandado questões sobre o negro na nossa Cidade: como a gente tem abordado isso, quais as referências que a gente tem usado. Nós tivemos um episódio no Acampamento Farroupilha onde foi feita uma exposição como eram tratados os escravos, e, quando o Ver. Tarciso Flecha Negra era vivo, ele sonhava com o Museu do Negro. Vamos pautar esse assunto na conferência, de como tratar esse assunto, de como valorizar mais, porque nós sentimos muita a falta deles nas organizações. A gente quer não protagonizar, mas, sim, incentivar que eles continuem conversando sobre as suas pautas e demandando.

Dentro da questão do conselho, a gente entende a quantidade de espaços ociosos que há, e a gente não consegue fazer com que a cultura assuma esses espaços, que seria o ideal. A gente tem escolas no Município que estão fechadas, espaços que estão desocupados, são pautas importantes, e gostaríamos que, através da conferência, pudéssemos nos aproximar do governo para discutir sobre os espaços ociosos. Então a minha vinda aqui é para pedir apoio, para pedir parceria para realização dessa conferência e também para ouvir o que vocês pensam sobre a cultura da nossa Cidade, que vai muito além do circo, do teatro, da dança, da literatura, das artes visuais, da ocupação do espaço público. A gente participa muito dos blocos de rua, e temos visto a dificuldade em os manter na rua. A gente tem ido para o DEC, atrás do Gasômetro, onde conseguimos incomodar menos a sociedade em relação ao barulho, mas gostaríamos muito de poder estar na rua, de continuar na rua.

Gostaria de registrar também o falecimento da Graziela Saraiva, que era uma bonequeira importante para a cidade de Porto Alegre, uma lutadora da cultura, foi presidente do Centro Cultural Cia. de Arte, entidade dirigida pela sociedade civil, em parceria com a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

Prefeitura da Cidade. Então, são pessoas importantes que estão deixando um legado que achamos importante dar continuidade. Estamos preocupados com o fechamento do Teatro de Câmara há mais de três anos; a reforma da Usina do Gasômetro também. Só temos notícias de lugares que, em vez de abrirem, estão a ponto de ficar mais tempo fechados. Espero que, junto com os vereadores, possamos dar um rumo para as questões culturais da Cidade. Sinto que estou à frente do Conselho Municipal de Cultura justamente por tentar fazer isso com diplomacia, conversando, tendo uma característica sempre de acalmar meus companheiros, que acabam se manifestando com uma braveza acima do normal por terem já atravessado momentos aqui nesta Cidade com uma efervescência cultural muito maior. Eu mesmo saí de um projeto de descentralização de cultura e, hoje em dia, vejo que a gente não motiva a ida de professores para as comunidades, uma descentralização da cultura com mais qualidade. Sentimos que, nas escolas, não temos cultura, que é onde deveríamos fomentar para poder ter mais professores dessa área também. A gente sente que está acontecendo um fechamento ou um questionamento sobre a importância dos conselhos em nível nacional. Como conselheiro, como presidente de um conselho do Município, fico pensando na nossa importância e venho aqui para falar para vocês que não quero que sejam em vão todas as reuniões que a gente faz. A gente tenta apaziguar lá as discussões para chegar aqui com filtro, para chegar aqui com mais qualidade, para que a gente possa ter todos com um objetivo comum.

Assim como antes, eu vim falar do circo, que é uma cultura comum para todo mundo, às vezes, a gente não tem consciência de como são importantes todas as culturas: leitura, artes visuais, teatro, circo, dança. Espero, com a ajuda de vocês, que eu possa contemplar os meus colegas do conselho e também possa ouvir melhor toda a participação do Orçamento Participativo, porque, às vezes, por mais que sejam pessoas que não entendam completamente de cultura, elas precisam, necessitam e podem ser um porta-voz da comunidade.

Então, quero agradecer mais uma vez e pedir a atenção para essas duas leis que estão tramitando, a lei do circo e a lei da mudança do quórum do conselho, para que a gente possa, logo em seguida, dar a sequência. Também quero agradecer ao Oliboni, que está aqui presente, que faz o Jesus, e eu faço o satanás lá, com pernas-de-pau, e a gente vai contracenar, agora, no Morro da Cruz. Então estamos na cultura de várias formas. Eu

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

acho que a Câmara pode ajudar muito emprestando o seu espaço e nos ajudando a produzir essa conferência. Muito obrigado pelo espaço e fico aberto agora para ouvir as manifestações sobre essas questões da cultura aqui na Câmara. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu quero convidar o Sr. Luciano para compor a Mesa aqui conosco. Quero justificar que eu somente o apresentei como sendo o secretário da entidade requerente porque isso era o que constava na nossa organização, feita essa solicitação provavelmente há mais tempo, nesse meio-tempo o senhor deve ter sido eleito presidente do conselho, e, nessas condições, é muito bem acolhido aqui na Casa.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, Luciano, parabéns pelo o teu trabalho à frente da cultura aqui no nosso Município. Como presidente da CECE, vou me esforçar o máximo para poder dar celeridade à tramitação dos projetos que envolvem uma área tão importante para a nossa Cidade. Nós reconhecemos o teu trabalho, a seriedade com que levas essa causa nos ombros, e vamos tentar acelerar ao máximo tanto a reestruturação da organização do quórum para o Conselho Municipal de Cultura, quanto teremos um acompanhamento mais próximo da lei do circo, para que nós possamos ter a nossa Porto Alegre andando nos eixos, nos trilhos. Parabéns pelo teu trabalho e muito obrigado por voltar a esta Casa Legislativa.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, quero saudar e dar boas-vindas aqui ao Luciano Fernandes, já o conheço de longa data, um grande profissional na área da cultura, do teatro, tem participado de inúmeras peças na nossa Cidade e fora daqui, é uma alegria recebê-lo. É claro que sua demanda é fundamental, à medida que fala aqui da lei do circo, que está tramitando, como também

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

da lei que modifica o quórum estabelecido pelo Conselho Municipal da Cultura, mas que traz uma fundamental importância à sua fala quando demonstra que é necessário ter a Conferência Municipal da Cultura. Aqui, há pouco tempo, nós aprovamos um recurso para sair a Conferência Municipal da Saúde, porque, infelizmente, o governo não havia aportado recursos para tal. Sugiro que, este ano, se os senhores não conseguirem, que procurem, antes mesmo de votarmos a lei orçamentária, há uma sensibilidade aqui dos vereadores para essas conferências, que também demandam recursos ou patrocínio para que se viabilizem. Espero que até lá nós possamos votar essa mudança do quórum estabelecido no conselho e possibilite também um diálogo próximo com o secretário da cultura Luciano Alabarse para que, de fato, isso aconteça. Um grande abraço e lhe aguardamos lá nesse grande evento de Sexta-feira Santa, o qual V. Sa. tem um papel fundamental conosco. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Luciano, obrigado por tua vinda aqui. Ouvia atentamente a tua manifestação, falo em nome do meu partido e devolvo à classe artística a proposta que fizeste na tribuna: coloquem-se na nossa posição. No ano passado, na presidência da Câmara, eu desenvolvi um projeto aqui chamado Porto Alegre na História, e, quando nós não tivemos investimento em cultura, a Câmara Municipal de Vereadores, além de ter mantido o teatro, que o SATED tem assento, ainda criou uma rubrica de R\$ 300 mil para investir em cultura. Fomos aplaudidos? Não. O Presidente foi atacado de todas as formas e por todos os flancos. Por quê? Porque não tinha um alinhamento ideológico com aqueles que se julgam dono, entre aspas, da cultura. Eu acho isso muito ruim para a cultura, talvez seja bom para um ou outro partido político, mas a cultura não precisa só de um ou outro partido político, e a cultura não deve ser de um ou outro partido político. A cultura deve ser propriedade da sociedade, daqueles que compreendem que ela é um dos modos de construção de uma realidade melhor, de dissipação de pressões sociais, de uma válvula de escape dos problemas do dia a dia, de lazer, de entretenimento, de humor, de tudo o que de fato é a cultura.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

Então, ao te cumprimentar, sei que talvez eu esteja pregando no deserto, mas deixo para ti essa manifestação. Eu me lembro que no governo Fogaça, Presidente Pujol, nós doamos aqui o terreno da Terreira da Tribo, que está hoje ali, ficou só nas fundações. Nós temos buscado ajudar de várias formas, mas não conseguimos sequer encontrar reconhecimento, muito antes pelo contrário, nós encontramos adversidade. Nesse exercício que tu acabaste de fazer de empatia, de pedir que nós nos coloquemos no lugar do outro, o artista que é dotado de sensibilidade – na pessoa dos artistas, eu me dirijo à tua pessoa –, peço que também consiga se colocar nesse lugar do lado de cá. Tem gente que, embora não tenha uma identidade ou um afinamento ideológico com a esquerda ou com a extrema-esquerda, no meu caso, por exemplo, um liberal conservador, mas eu enxergo na cultura, nas artes, na música, e na minha gestão fiz isto, um espaço importantíssimo de desenvolvimento econômico e social. No mais, meus cumprimentos e um abraço. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não havendo mais nenhum dos Srs. Vereadores inscritos para manifestação, encerro este período da Tribuna Popular. Antes quero reconhecer a importância da presença entre nós do presidente do Conselho Municipal de Cultura, a quem eu coloco a Casa à disposição, por quantas vezes se tornar necessário, para que se mantenha o acesso a este diálogo entre a entidade que V. Sa. preside e a Casa do Povo de Porto Alegre. Volte sempre!

Suspendo os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h41min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): (14h42min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Billy Haag está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR BILLY HAGG (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde a todos e a todas. Vou fazer uma fala como cidadão de Porto Alegre. É lamentável o que gente vê aí hoje: uma Cidade totalmente abandonada; as ruas totalmente esburacadas; a drenagem da Cidade está um horror, qualquer chuvinha já

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

alaga tudo; as praças abandonadas, e a gente vê projetos sendo votados para privatizar as praças, uma coisa que a gente jamais iria imaginar que fosse acontecer; o transporte público totalmente defasado, e a gente vê aí uma Carris próxima a ser entregue; cortes na saúde, cortes na educação, cortes na cultura, na cultura popular, com o nosso carnaval totalmente abandonado; os professores municipais todo dia sendo atacados.

Enfim, é lamentável tudo isso que a gente vê, sobretudo para quem teve a oportunidade, como eu, de assistir uma administração popular, que ocorreu durante 16 anos, na gestão de Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont, João Verle. No tempo em que a participação fazia a democracia através do Orçamento Participativo, a gente via que as demandas eram atendidas nas comunidades. Realmente quantas conquistas foram possíveis: pavimentação, asfalto, saneamento básico na periferia. A população via as demandas sendo atendidas. Os companheiros Aldacir Oliboni e Adeli Sell faziam parte já dessa época, sabem bem do que estou falando. A gente via obras enormes, como a 3ª Perimetral, que é uma obra gigantesca, atravessa o Município, da Zona Norte à Zona Sul, sendo iniciada e concluída. E hoje a gente vê aí obras que da Copa do Mundo de 2014 que não foram entregues até hoje, e estamos em 2019. Imaginem! Então, a Capital com a maior qualidade de vida era Porto Alegre, diversas pesquisas mostravam isso; a Carris era referência em nível nacional. O Fórum Social Mundial estreou em Porto Alegre no ano de 2001. Enfim, eu quero a minha Porto Alegre de volta, eu sinto muita saudade dessa Porto Alegre democrática que estou dizendo aqui.

Gostaria de dizer que é um prazer eu estar assumindo a condição de vereador, justamente, na semana em que está ocorrendo o maior espetáculo da nossa terra. Estou falando do clássico Gre-Nal. O Gre-Nal envolve até mesmo quem não gosta de futebol; o Gre-Nal envolve as famílias. Um precisa do outro para sobreviver, tanto o Grêmio quanto o Inter, um puxa o outro para cima. Então, essa rivalidade é só dentro do campo, e, com certeza, fora de campo é importante que um puxe o outro. Todo o meu respaldo à torcida mista nos Gre-Nais. Acredito que, em vez de 3 mil pessoas, o setor de torcida mista poderia ser muito maior, umas 10 mil pessoas. Quem sabe? Mas, enfim, falei aqui pela memória do Cilon Cunha Brum, desaparecido, na época da ditadura, há 45 anos, e que, até hoje, ninguém sabe, ninguém viu. Ninguém tem notícias dele, hoje ele teria 73 anos de idade. Foi por ele que eu falei aqui hoje. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Apregoo o Ofício nº 290/GP, enviado pelo Sr. Prefeito Municipal, Nelson Marchezan Júnior, que informa sua ausência na Cidade de 14 a 15 de abril, para participar, na cidade do Rio de Janeiro, de debates sobre iluminação pública. Na sua ausência, responderá pelo Executivo Municipal o Vice-Prefeito, Gustavo Bohrer Paim.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente, Ver. Pujol; Ver.^a Karen Santos, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; ao começar a preparar este Grande Expediente sobre meio ambiente, reli fatos em jornais da Capital, na comunidade acadêmica com vários artigos, nas redes sociais, e motivou-me este assunto devido a mais um caso de desmoronamento com mortes no Rio de Janeiro.

Os crimes ambientais têm nos preocupado. A humanidade está pagando o preço do retorno, pois a natureza não consegue recuperar o que temos retirado do planeta. Iniciando pelos empreendimentos, não se observa a avaliação de impacto ambiental quando se decide por grandes empreendimentos, causando crises intermináveis, indo parar em decisões judiciais, resultantes de um processo de licenciamento por receber aval de outros órgãos, com autorização, como, por exemplo, para mineração, para rodovias, para construir hidrelétricas e grandes empreendimentos imobiliários, entre outros. Não se tratou com o meio ambiente, e só vai aparecer quando entra o pedido no órgão ambiental. Depois, as críticas das demoras das licenças vêm a público. Há anos os governos anunciam continuamente que vão agilizar as licenças sem prejuízos ao meio ambiente, mas fica apenas na retórica sobre o impacto ambiental, que inclui animais silvestres e domésticos. Não são somente os megaempreendimentos que geram crimes ambientais, existem pequenas infrações silenciosas, quase invisíveis, que no dia a dia vão produzindo danos ambientais irrecuperáveis da natureza.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

Outra polêmica é a agricultura *versus* meio ambiente. Discute-se a ação realizada pelo homem, o desmatamento, a degradação do solo, dos rios. Há o debate ecológico, mas não há o debate econômico. Ora, ao proprietário rural nos parece que a preservação do solo e da água é vital, e para quem defende o meio ambiente também, pois representa a produção do negócio agropecuário. E a atividade agrícola que destrói seus recursos resulta em falsa prosperidade, uma vez que acaba com os alicerces do seu próprio negócio. Sobre as unidades de conservação há legislação específica que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, para criar unidades de acordo com as especificidades locais, regionais e atributos de conservação. Essas áreas legalmente instituídas têm a finalidade de manter recursos naturais que contemplem espécies também ameaçadas de extinção, seu *habitat*, ecossistema, água e processos ecológicos existentes. Destacamos aqui o bugio, em extinção, que se alimenta de frutos e flores e que necessita de amplas áreas de vegetação florestal para sobreviver. Proteger os processos ecológicos propicia a vida no planeta, além de preservar plantas com potencial farmacológico, que deixariam de ser pesquisadas para a criação de medicamentos.

As unidades de conservação administradas pelo Município de Porto Alegre são: Parque Natural Municipal Saint'Hilaire, e por decreto, no governo anterior, 80% da área foi destinado para o Município de Viamão gerenciar, com a finalidade de se obter um licenciamento para a criação de um hospital veterinário, que funciona como clínica dentro de uma unidade de conservação; o Parque Natural Morro do Osso; a Reserva Biológica do Lami; o refúgio de vida silvestre São Pedro; interligados por corredores ecológicos. As normas e visitação pública nas unidades de conservação estão estabelecidas em plano de manejo e legislação com normas gerais e nestes parques e refúgios são permitidas as atividades de pesquisa científica, educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. Na reserva do Lami está proibida a interferência humana e as modificações ambientais. A visitação necessita agendamento e objetivo deve ser educacional. O refugio São Pedro, próximo à reserva, tem como prioridade proteger ambientes nos quais haja condições de reprodução de espécies. Os parques nacionais Morro do Osso, Saint'Hilaire e o Delta do Jacuí têm legislação mais permissiva com a abertura para prática de atividades educacionais, científicas e mesmo recreativas, mas a visitação também tem restrições. E, sobre as UCs, a que mais se relacionam com o Guaíba é a do Lami, com 204 hectares, possui matas ciliares, banhados juncaais, matas de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

restinga, maricazais, vassourais e campos arenícolas. Os interessados em contribuir com a preservação da diversidade biológica em suas propriedades podem participar por meio da instituição de Reservas Particulares do Patrimônio Natural Municipal, categoria das unidades de conservação em que é permitida a pesquisa científica, visitação com objetivos turísticos, recreativos, educação ambiental. Os profissionais que trabalham para proteger o meio ambiente realizam uma nobre tarefa, pois manifesta a proteção da vida. A gestão ambiental deve continuar investindo nos mecanismos de decisão colegiada para abrir espaço para a participação da sociedade civil, para dialogar com empreendedores e aperfeiçoar a legislação, criando um ambiente no qual o País possa realmente se caracterizar por um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Diante de tanta complexidade, por que não criar a carreira do meio ambiente – analistas, gestores, técnicos e auxiliares ambientais –, pois vemos a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, SMAMS, com um quadro de servidores encaminhando-se para a aposentadoria.

Falando sobre qualidade do ar e tecnologia, na gestão passada foi tratado o tema em várias reuniões, incluindo da COSMAM, das estações de monitoramento do ar no Centro, na Azenha e no Humaitá, que analisam as partículas, e somente uma estava em funcionamento. Conforme especialistas em farmacologia e toxicologia, esse poluente, essa partícula vem da queima do combustível de carros e veículos pesados, principalmente, e também é oriunda do atrito do pneu, da borracha no asfalto. A poluição do ar trata-se de um mal urbano contra o nosso organismo, que não está preparado para se defender. Essas pequenas partículas não conseguem ser filtradas pelo nariz, aí o organismo não fica protegido pela via respiratória superior, chegando ao pulmão – algumas partículas são tão pequenas que se dispersam em todo o organismo.

Ao longo dos anos também tivemos tragédias ambientais aqui no nosso Estado. Eu vou destacar algumas: Borregaard, a fábrica entrou em operação em 1972, sua chaminé passou a exalar um odor tão forte de ovo podre que chegava a provocar mal-estar e dores de cabeça, foi alvo de protestos dos moradores de Guaíba e da Zona Sul de Porto Alegre, onde resido há 40 anos e presenciei esta fase. Após mudar de controle acionário por diversas vezes, a fábrica quadruplicou sua produção desde 2013, porém recebeu nove autos de infração da Fepam, nos últimos anos, por inadequações.

Sobre os falsos desertos, foi noticiado, à época, que o Rio Grande do Sul teria uma área equivalente a 6,9 mil campos de futebol em 1,6 mil áreas de aparência desértica; discute-

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

se como conter o avanço dessas manchas e o que fazer com as zonas já afetadas nos areais do pampa.

Sobre o Hermenegildo, na virada de março para abril de 1978, uma nuvem tóxica com cheiro de amoníaco avançou pelo litoral sul deixando para trás animais mortos e uma população em pânico, com ardência na garganta, dores de cabeça e dificuldade para respirar. Até as últimas informações, há controvérsias: ou foi fenômeno natural, ou contaminação pela carga tóxica de um navio naufragado.

Sobre o Rio dos Sinos, em 2006: a superfície do rio mostrava uma camada prateada de peixes mortos em razão da falta de oxigênio. Foi o resultado fatal da combinação da baixa vazão do rio com o esgoto doméstico e uma carga de chorume lançada pela empresa Utresa, que resultou na tragédia ambiental. O rio continua poluído, afetado principalmente pela liberação de esgoto cloacal não tratado. Esse foi um dos maiores crimes ambientais do País com a mortandade de peixes calculada em 86 toneladas ocorrida no Rio dos Sinos, entre Portão e Sapucaia do Sul, que resultou, na semana passada, na prisão do ex-diretor técnico da Utresa, que era considerado foragido há dois anos. Na época, a investigação indicou a presença altamente tóxica de mercúrio com benzeno e xileno, potenciais causadores de câncer. Além dos dutos para conduzir efluentes sem tratamento diretamente aos arroios, a Utresa fazia modificações na sua estrutura sem licenças ambientais. O Ibama multou seis empresas.

Nós temos gravado em nossa memória o fenômeno da maré vermelha no Litoral Sul, a antiga fábrica da Borregaard, o avanço de areais no interior, a mortandade de peixes no Rio dos Sinos, que são marcas que não devem ser esquecidas, pois não estamos livres de novas ameaças à natureza gaúcha. Esses episódios são destacados por ambientalistas como os piores e mais negativos, de grande repercussão contra o meio ambiente.

Em Porto Alegre, em 2016, tivemos o caso da Cettraliq. Tivemos audiência aqui na COSMAM para tratar das alterações no sabor e no cheiro da água que eram percebidas pela população de Porto Alegre e que resultaram em mais de mil reclamações. Com a repercussão da audiência, ocorreu o fechamento da empresa. Depois, a Cettraliq tinha que retirar os resíduos armazenados em lagoas e tanques. Então, o Ministério Público ajuizou uma ação civil pública para essa providência. Finalmente, a empresa teve as atividades suspensas em 10 de agosto 2016.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

Fora daqui, ainda temos outros casos gravíssimos, como o rompimento da barragem em Mariana, com o transbordamento da barragem de Santarém, liberando 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, destruindo distritos, causando a morte de 19 pessoas e prejuízos ambientais e sociais ao longo dos 650 quilômetros entre a cidade e a foz do rio Doce, no Espírito Santo. Segundo o Ibama, 770 mil hectares de áreas de preservação permanente foram afetados pelo desastre.

Agora, recentemente, o desastre de Brumadinho, que poderia ter sido evitado. A lama atingiu o solo da cidade mineira e o rio, com proporções maiores, afetando gados, casas e veículos, devastando 125 hectares de florestas, ceifando a vida de 300 pessoas. E a lama se propagou na região, eliminando a vida aquática e causando severos prejuízos ao meio ambiente. A falta de sirenes em Mariana, em 2015, não fez com que a Vale resolvesse o problema, por mais de três anos sirenes foram instaladas, mas não funcionaram, e não havia um sistema de alerta reserva, não sendo possível evitar 300 mortes e a destruição de Brumadinho.

Também temos as secas atípicas na Amazônia, afetando diretamente 30 mil pessoas. Em 2008, desmoronamentos, inundações, desastre ambiental em Santa Catarina, afetando em torno de 60 cidades, mais de 1,5 milhão de pessoas, sendo que 135 pessoas morreram, 10 mil pessoas forçadas a sair de suas casas, 5 mil desabrigados, em função da ocupação desordenada em áreas de preservação permanente, morros e encostas, os quais vinham sendo sistematicamente destruídos.

Nos anos seguintes, tivemos tragédias que assolou Angra dos Reis e Niterói com a contabilização de mais mortes. E, ainda, na região serrana do Rio de Janeiro, em 2011, deslizamentos agravados pela ocupação irregular do solo e pela falta de infraestrutura deixaram 710 mortos e 14 mil pessoas desalojadas, repetindo-se esses acontecimentos em 2016 e 2018, e agora em 2019. Semana passada, houve os desmoronamentos de prédios de cinco andares no Rio de Janeiro, pois eram construções irregulares em encostas, com isso, houve mais óbitos e destruição de famílias.

As inundações em diversas cidades dos Estados de Minas Gerais, de São Paulo e aqui no Rio Grande do Sul, os chamados desastres naturais ambientais são induzidos pela atividade antrópica, têm feito um número crescente de vítimas que, na maioria das vezes, poderiam ter sido evitadas.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

Sobre esses desastres parece que o homem não está aprendendo com seus erros, uma vez que continua a ocupar as áreas de preservação permanente, como encostas instáveis e degradadas dos morros, margens dos rios. E as áreas de risco, como áreas de ressacas, planícies inundáveis, destruição de florestas, impermeabilização do solo e o descuido do saneamento básico e da limpeza de esgotos, são prenúncios de prejuízos à vida. Os repetidos e frequentes problemas causados por fenômenos climáticos, no Brasil, como as chuvas com inundações e movimentos de massa úmida, seguidos por vendavais e tempestades tropicais, desafiam cada vez mais a capacidade financeira dos governos no processo de reconstrução.

O Banco Mundial fez um estudo, entre 1995 e 2014, para calcular quanto o País perdeu com resposta inadequada a desastres naturais. Foram prejuízos da ordem de R\$ 800 milhões, por ano, entre custos de reparação de encanamentos, canais de drenagem, danos à infraestrutura de energia, gastos com reconstruções de ruas e rodovias, prejuízos para o comércio e danos a propriedades particulares. A relação entre os recursos destinados para a resposta e a reconstrução é, em média, dez vezes maior do que os recursos destinados à preparação e à prevenção. As alterações ambientais que presenciamos ao longo dos anos decorrem, sem sombra de dúvida, da falta de respeito do homem pelos fenômenos da natureza, da falta de planejamento urbano e da falta de estrutura do Estado para aplicar a legislação em vigor.

Para concluir, nós somos o Poder Legislativo Municipal e temos o dever e a obrigação, através das nossas ações e prerrogativas, de coibir o abuso contra a natureza. Muito obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

(Vereador Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver. Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadoras, vereadores, público que nos assiste nas galerias e através da TVCâmara. Uso a tribuna hoje para corroborar uma denúncia que está sendo levantada pelo movimento estudantil da UFRGS em relação ao

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

corde de R\$ 5 bilhões no orçamento das universidades públicas, promovido pelo governo do Jair Bolsonaro, e que aprofunda ainda mais a incerteza de permanência dentro da universidade e também a precariedade imposta aos estudantes trabalhadores, principalmente os estudantes cotistas. A UFRGS, mesmo com os sucessivos cortes no orçamento, mesmo com o enquadramento na PEC nº 55, do ajuste fiscal, vem conseguindo se manter dentro do *ranking* de uma universidade de excelência na produção de conhecimento e na produção de tecnologia. Mas isso vem sendo muito afetado por essa política de cortes no orçamento que vem sendo colocada nas costas do elo mais frágil da cadeia que são os estudantes, sobretudo, os cotistas.

Em 2007, a partir de muita luta, inclusive com uma ocupação de reitoria, a gente conseguiu a implementação da política de ações afirmativas e expandiu isso com a lei federal para 50% dos estudantes que ingressam na universidade. Esses estudantes têm um perfil completamente diferente do perfil histórico que estudava na universidade pública: são estudantes trabalhadores, pais e mães de família, estudantes da periferia, negros e negras. Eles têm um perfil diferente dos estudantes que, historicamente, ocupavam aquelas vagas: filhos da elite, da classe média gaúcha. É uma demanda que foi posta de ainda mais política de permanência, ainda mais restaurante universitário, ainda mais vagas em creches, ainda mais vagas na casa dos estudantes, ainda mais bolsas de pesquisa, ensino e extensão, mas, infelizmente, não é isso que a gente está vendo no cenário atual, principalmente dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O que a gente vem percebendo é exatamente o oposto com esses cortes que estão sendo implementados pelo governo federal. A posição da gestão da universidade vem sendo cortar exatamente dos bolsistas, dos estudantes cotistas, dos estudantes trabalhadores os benefícios que eles têm para continuar se mantendo ali dentro. Outro fator importante que a gente precisa denunciar é que, desde 2018, os cotistas estão passando dificuldade para conseguir efetivar a sua matrícula por falta de técnicos para analisar os documentos. Este ano, o vestibular da UFRGS vai ser em novembro, para tentar garantir mais tempo para análise desses documentos. A questão é que os estudantes que não conseguem a matrícula efetiva estão tendo que entrar na justiça. Pela justiça, alguns deles conseguiram a matrícula precária. Matrícula precária significa que tu não tens garantia nenhuma de que as cadeiras que tu estás cursando vão ser incorporadas no teu currículo, e significa também que, a qualquer momento, tu podes ser

pág. 15

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

desligado da universidade pública. No ano de 2019, este que nós estamos, continua essa mesma situação de estudantes que estão tendo que acionar a justiça para conseguir manter a sua matrícula, também de forma precária, na universidade. Isso causa um problema de aumento de evasão, de desistência por parte desses estudantes, principalmente aqueles que estão vindo de outras regiões do Estado e de outras regiões do Brasil, via Sisu. Nesse sentido, amanhã, às 10h, na Faculdade de Educação, vai estar acontecendo um ato promovido por esses estudantes que estão sendo prejudicados por essa política em âmbito de governo federal, mas também pela gestão da universidade, e é uma situação de extrema precariedade, de extrema insegurança, que nós, da Câmara de Vereadores, precisamos ter sensibilidade. São os nossos futuros pedagogos, professores, arquitetos, advogados, é o futuro do nosso País que está em jogo, a partir dessas políticas que vêm sendo implementadas não só pela gestão do Bolsonaro, mas que aprofunda ainda mais essa visão segregacionista de uma universidade para poucos, de uma universidade para aqueles que não precisam trabalhar, de uma universidade para aqueles que não precisam de assistência e permanência estudantil. Não é essa a lógica que a gente defende, a gente acredita que a universidade pública, que é paga pelos impostos de todos e todas, tem que servir para a maioria da população, para o estudante trabalhador, para estudante mãe, pai de família, para os estudantes das periferias, e para isso é essencial não só o ingresso pelas ações afirmativas, pelo Sisu, pela entrada que for, mas também a garantia da permanência desses estudantes que, enfim, não são estudantes privilegiados, são estudantes que precisam trabalhar. E a bolsa, por mais que seja mínima, R\$ 180,00, R\$ 300,00, R\$ 400,00, ajuda muito nessa compensação da renda desses estudantes. Era essa a denúncia. Amanhã, às 10h, ato na frente da Faculdade de Educação, é importante a nossa solidariedade em relação a esse movimento.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mendes Ribeiro, presidindo os trabalhos na tarde desta segunda-feira, 15 de abril; uma saudação especial ao colega Billy Haag, que está

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

aqui em substituição ao Eng^o Comassetto; meu colega líder Marcelo Sgarbossa; Oliboni, que nesta semana tem grandes tarefas pela frente, como sempre, há muitos anos, há três décadas, no Morro da Cruz – viva Porto Alegre com sua tradição e sua cultura. Eu quero tratar aqui de temas preocupantes da cidade de Porto Alegre, Billy Haag. Hoje, a comunidade de Monte Cristo, especialmente da sua querida escola levou um susto: pichações, ameaças pela falta de guarda, entraram encapuzados e picharam o colégio, a grande escola Monte Cristo em Porto Alegre. Fato preocupante, insinuando que uma Suzano poderia se repetir ali. Eu já mandei agora um WhatsApp para o secretário estadual de segurança pública, o delegado Ranolfo Vieira, porque eu tenho a convicção de que o delegado vai olhar com cuidado para essa questão; quem sabe possa, depois, acionar a delegada chefe de polícia Nadine. Isso é preocupante, não é mais uma questão atinente à Secretaria de Educação, mas essencialmente à segurança pública, já que o secretário de educação, todos nós conhecemos, não se digna nem a vir a esta Casa, apesar dos convites; agora, só sob convocação, e acho que no próximo período terá que ser trazido aqui sob vara.

Dito isso, quero lembrar o abandono da Cidade. Vocês conhecem a Erechim, uma longa rua de Porto Alegre, subindo o morro Nonoai. Lixo, lixo e lixo no final da rua, e a rua que segue a Erechim, apesar de duas vezes aprovado o recurso no Orçamento Participativo, ela continua esburacada, sem qualquer conservação. Se tivessem cumprido o seu asfaltamento... Agora, também, sou obrigado a reconhecer que, a pedido meu, ali na mesma Chácara Sperb, estão refazendo as chamadas escadarias. Portanto, aqui, louvo a atitude do secretário Luciano Marcantônio. Eu sou daqueles que critico, mas quando o governo faz, Moisés Barboza, eu também reconheço. Isso é importante, eu gostaria que V. Exa. colocasse isso como um dos princípios norteadores da nossa atividade.

Nós enfrentamos, dias atrás, a questão dos servidores públicos. Discuti com o colega Robaina, que levantou a questão da frente parlamentar em defesa do nosso HPS, que tem o nosso total e restrito apoio; estamos conversando para reativar, Ver. Prof. Alex Fraga, a frente também do serviço público, mais ampla, mais globalizadora, e quero contar com a parceria da bancada do PSOL, que deu continuidade ao pedido da vereadora do PCdoB, na época, Jussara Cony. Portanto, estamos pedindo uma reativação desta frente parlamentar.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

Quero aqui, também, fazer um reconvinte aos meus colegas vereadores, já mandei um convite no grupo de vereadores, vou repetir: quero convidar para a próxima reunião da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura. Agradeço à Ver.^a Lourdes Sprenger que marcou presença com a sua assessoria, na sexta-feira, na magnífica reunião que conseguimos fazer da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura. Estou impressionado como estamos conseguindo agregar pessoas, assuntos e temas que estão se desenvolvendo plenamente. Eu tenho certeza que os colegas vereadores terão uma grata satisfação em compor e participar da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura muito importante, porque retomamos o Plano Municipal da Leitura, a questão do fundo municipal, enfim, estamos dando passos significativos nesse sentido.

Finalmente, Ver. Mendes Ribeiro, quero dizer que, atento com as questões da Cidade, eu quero que a Lei Geral dos Táxis seja respeitada, o prefeito não respeita, nós vamos ter que nos digladiar no próximo período por outros meios que não apenas os meios das nossas reuniões na CCJ. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores que nos acompanham pela TVCâmara e nas galerias da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; vereadoras e vereadores; Ver. Mendes Ribeiro que preside a nossa sessão no momento; colegas vereadores de oposição, vereadores do PT e meus colegas de bancada do PSOL. Eu uso o tempo de Comunicação de Líder de oposição neste momento para destacar alguns aspectos relevantes no que se refere à área da Saúde no nosso Município, e também, por que não dizer, no nosso Estado e no nosso País.

O prefeito Nelson Marchezan Júnior, na figura do seu secretário de saúde, vem determinando novas diretrizes para o gerenciamento das unidades de saúde no Município de Porto Alegre. Trazem isso como uma verdadeira revolução para a saúde da Cidade, porém, em muitos aspectos, Ver.^a Lourdes, não se atentam ao fato de que a atenção à saúde tem vários aspectos. O que deveria ser um norteador é que a prevenção é muito mais barata, muito mais eficaz e muito mais significativa porque, se a pessoa não adoce,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

obviamente, ela não vai onerar os cofres públicos de forma significativa com seu tratamento, não vai ocupar vagas nos leitos, já combalidos e escassos, do Município. Também, obviamente, não precisaremos de toda a atenção e profissionais capacitados para prestar o atendimento aos enfermos. Eu digo tudo isso porque vemos, gradativamente, ao longo do tempo, uma diminuição significativa do investimento nos programas de imunização acontecidos na nossa Cidade, e, infelizmente, no nosso País. Nós vemos doenças, consideradas erradicadas no Brasil, como o sarampo, voltando à tona. Esse descaso faz com que uma doença que pode ser letal para alguns grupos mais sensíveis, volte a ter expressão e preocupar os agentes de saúde, quando eles deveriam ter suas atenções voltadas a outras enfermidades mais significativas e mais penosas no momento.

A imunização precisa acontecer, da mesma forma que campanhas de educação para a saúde são também importantes, mas percebemos que, de todo o montante de recursos que a Prefeitura aloca na área de comunicação, uma parcela quase que insignificante é direcionada para os programas de saúde. Nós precisamos esclarecer a nossa população sobre os cuidados básicos para prevenção de doenças. Nós precisamos chamar a nossa população para as campanhas de imunização em massa. O nosso País já foi referência mundial em vacinação, mas perdemos espaço neste campo a passos largos. O Brasil, que tanto nos orgulhou há pouco tempo, está voltando rapidamente a um retrocesso muito preocupante nessa área.

Portanto, uso este espaço para deixar registrado o posicionamento de que tem que haver maior seriedade e comprometimento dos gestores públicos com relação à imunização das pessoas, principalmente porque existe um movimento muito grande querendo atribuir falsas denúncias à vacinação, como, por exemplo, que ela fosse a principal causa do aumento de casos de autismo nessa nova geração, o que não é verdadeiro, não existem pesquisas que indiquem isso. As pesquisas indicam que população imunizada, população que recebe a vacinação adocece menos e morre menos – isso é fato, isso é comprovado, isso é ciência. Portanto, não deixemos o nosso Município voltar à Idade Média, à era das trevas, vamos continuar avançando em prol da melhoria da qualidade de vida do nosso cidadão. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): (15h26min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Ver. José Freitas solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 15 de abril de 2019. Em votação nominal, solicitada por esta presidência, Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a renovação de votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 7 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a renovação de votação da Emenda nº 12, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Mendes Ribeiro, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores, especialmente destaco aqui a presença do Delegado Cleiton, Presidente da Associação dos Delegados e ex-vereador desta Casa, a quem saudamos efusivamente, nosso vereador, 1º suplente, aqui presente acompanhando os trabalhos.

Quero aqui, através desta manifestação na tribuna, tentar sensibilizar o governo, que já aprovou o projeto, apesar do nosso entendimento contrário, para que, pelo menos, a gente possa salvar essa iniciativa do Ver. João Bosco Vaz e do Ver. Cláudio Janta. Mas a minha manifestação é muito especialmente porque, de certa forma, foi feita aqui uma provocação pelo Ver. Idenir Cecchim, e eu acho importante que o PDT se manifeste porque não é correto o que foi afirmado aqui de que o PDT não teria assinado a emenda, através da liderança, que tem direito a fazer duas emendas de liderança. A gente sabe que é corriqueiro aqui, é comum – já assinei várias emendas do Ver. Ferronato, do Ver. Tessaro, ex-presidente desta Casa – as lideranças assinarem e subscreverem iniciativas de vereadores. Então eu quero dizer que não é por isso que o PDT deixa de... Ao contrário, o PDT reforça aqui o seu compromisso de estar apoiando essa emenda. Nós queremos que essa emenda seja aprovada. Nós sabemos o que ela representa e qual a intenção que ela tem, especialmente no sentido de que os espaços esportivos não sejam

pág. 20

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

cobrados para o seu uso, em função, digamos assim, do grande aspecto guarda-chuva que a lei possui de abranger, com uma certa subjetividade, áreas de praças e parques. Então nos preocupa e acho que é legítima, é válida a iniciativa dos vereadores que subscreveram a emenda, e é fundamental que a gente possa reiterar aqui a nossa compreensão e o nosso entendimento de que essa é uma boa emenda. Ela vem para salvar importantes espaços, especialmente os espaços de esporte, lazer e recreação. Então nós queremos apenas reafirmar o nosso compromisso. Eu já falei aqui também da nossa preocupação com a cobrança em relação ao ingresso no Parque Harmonia, aqui, por ocasião dos festejos da festa Farroupilha. O Ver. Moisés Barboza já reafirmou reiteradamente que não será cobrado, que é um equívoco, que nós trouxemos aqui uma preocupação que ultrapassou um entendimento até de que nós estaríamos proferindo algo que não era verdade, mas nos tranquiliza que não será cobrado ingresso para entrar no Parque Harmonia, e outras situações foram apontadas individualmente e pontualmente.

Então nos parece que, pelo menos, nós poderíamos fazer esse gesto, Ver. Mauro Pinheiro, por parte do governo, líder do governo, de aprovar essa emenda, fazer um esforço para o governo ter a compreensão de que as áreas de esporte, as áreas que estão destinadas ao futebol, ao vôlei, ao basquete, que conste na lei, de maneira pontual e efetiva, que elas ficarão preservadas e não será atribuído a elas nenhum tipo de cobrança pela sua utilização.

Então, é nesse sentido que a gente vem à tribuna, inclusive não quero me estender aqui, apenas para esclarecer a provocação do Ver. Idenir Cecchim, que lamentavelmente não está aqui neste momento, gostaria de estar me dirigindo a ele, porque parece que a emenda não teve apoio. A emenda tem apoio e teve apoio, e, neste momento aqui, em que se manifesta o PDT pelo encaminhamento, no pedido de renovação de votação, nós reafirmamos o nosso compromisso – Prof. Edgar, que está acompanhando –, no entendimento de que as áreas de esporte, muito especialmente, não deveriam constar ou devem estar ressalvadas, através do texto da lei, de maneira categórica, para que não fique dúvida, para que não paire nenhuma dúvida com relação à intenção do projeto. Uma vez que já está aprovado o projeto, fazemos este apelo, sim, ao governo que possamos construir um entendimento e possamos aprovar por unanimidade essa iniciativa dos vereadores Cláudio Janta e João Bosco Vaz. Pela atenção, muito obrigado.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente dos trabalhos nesta tarde, Ver. Mendes Ribeiro; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Na semana passada, nós estávamos votando aqui um projeto de lei que veio do Executivo que possibilita a concessão de parques e praças na nossa Cidade. Esta Emenda de nº 12, cuja votação foi vencida por um voto, Ver. Prof. Alex Fraga, retira as áreas que hoje têm programas desenvolvidos pela antiga Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SME, hoje uma coordenadoria. Nós achamos que, ao colocar também essas áreas no mesmo pacote, vai possibilitar aos grandes empreendedores, que futuramente farão as concessões, se interessarem por essas áreas pequenas, mas que têm um trabalho social extraordinário. Eu poderia citar aqui o Parque Ararigbóia, por exemplo, que tem um campo de futebol, tem um ginásio de esportes, tem programas com crianças e adolescentes, com idosos, têm programas com crianças e adolescentes em extrema vulnerabilidade social, desenvolvidos, Oscar, por profissionais por um longo tempo, antes mesmo de V. Sa. ter sido secretário de esporte e lazer, quando fez um excelente trabalho, no governo anterior, continuando essas políticas que dialogam com a ocupação dos espaços públicos na nossa Cidade.

Essa emenda diz o seguinte (Lê.): “Fica preservado as áreas de parques e praças que tenham acolhimento para população pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte, como Ginástica Terceira Idade, Futebol e outros atendimentos”. Para quem conhece e participou da Frente Parlamentar na Defesa da Secretaria de Esporte e Lazer ou dos programas da Casa, Ver. Bosco, já sabe muito bem das centenas de cidadãos e cidadãs que estiveram aqui no plenário e que participam da frente parlamentar, que acham um verdadeiro absurdo tirar esse espaço, que dialoga com a saúde do idoso, com ocupação desses espaços públicos e, acima de tudo, com a dignidade do cidadão e cidadã, que querem, sim, ao longo desses anos, que se absorvam esses programas, para continuarem participando e ocupando esses espaços, porque estão ao lado das suas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
030ª Sessão Ordinária 15ABR2019

casas – moram no entorno desses equipamentos ou dessas áreas públicas. Então, fazer com que a justiça se restabeleça, eu diria, num equívoco do governo, porque o governo poderia ele mesmo, no projeto original, tirar essas áreas, não ter esse desgaste desnecessário, como está tendo. Então, quero dizer que a bancada do PT estará apoiando a emenda do Ver. Janta e do Ver. Bosco, a qual, na votação anterior, nós perdemos por um voto. Fazemos aqui um apelo para nós aprovarmos esse emenda e demonstrar aos cidadãos e cidadãs que esses espaços públicos devem permanecer, sim, com os cidadãos e cidadãs da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação, nominal solicitada por esta presidência, o Requerimento de autoria do ver. Cláudio Janta, solicitando a renovação de votação da Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 011/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 2 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(15h43min) Encerrada a Ordem do Dia. Passamos às

COMUNICAÇÕES

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h45min.)